



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

SECRETARIA REGIONAL DA ENERGIA, AMBIENTE E TURISMO
INSPEÇÃO REGIONAL DO TURISMO

Parecer:	Despacho: Concordo. Arquive-se. 10.05.19 Hdy.
-----------------	--

Relatório Inspetivo: INT - 119/2019

1. Alojamentos Verificados

1.1

2. Âmbito da inspeção:

No exercício da atividade fiscalizadora desta Inspeção Regional do Turismo, levada a efeito em 10 de janeiro de 2019, verificou-se que na publicidade existente no site "www.booking.com", do alojamento denominado , não constava o nº de Registo atribuído pela Direção Regional do Turismo, ou seja, RRAL

3. Descrição

Consequentemente, o proprietário/explorador do referido alojamento foi notificado da irregularidade detetada através de ofício SAI-IRT 2019/77, de 5 de fevereiro, enviado para o



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

SECRETARIA REGIONAL DA ENERGIA, AMBIENTE E TURISMO INSPEÇÃO REGIONAL DO TURISMO

e-mail: Informação protegida sendo-lhe concedido um prazo de 10 dias úteis para fazer prova da inclusão do nº de registo na publicidade existente no site www.booking.com bem como em toda e qualquer publicidade eventualmente existente.

Embora o notificado não tenha informado oficialmente esta Inspeção Regional do Turismo, da resolução da infração detetada, o signatário verificou e confirmou junto do site, a efetivação da inscrição do respetivo nº de registo.

4. Enquadramento legal:

O regime legal vigente diretamente aplicável à matéria objeto do presente procedimento inspetivo consta da Portaria n.º 83/2016 de 4 de agosto, que no artigo 4º, sob a epígrafe "Procedimento e registo", determina o nº 6 que, "Após a comunicação do nº de registo, o titular deve indicar esse número em toda a correspondência, publicidade e divulgação, por qualquer meio, do estabelecimento."

Por seu turno, o artigo 10.º estabelece que o incumprimento no disposto na referida portaria, incluindo o disposto no artigo 4.º implica como sanção o cancelamento do registo.

5. Conclusões e propostas:

Face ao acima exposto e verificando-se que foi corrigida a questão detetada, dentro do prazo concedido, propõe-se o arquivamento do processo.

À Consideração Superior de V. Exª,

Horta, 3 de maio de 2019.

O Inspetor

DANIEL RAFAEL